



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

PROJETO DE LEI Nº.166/2023

Autores: Vereador Braz Carlos Correia



“Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio, conhecido como narguilé, aos menores de dezoito anos de idade, bem como consumo e uso em locais públicos e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica proibido o uso de narguilé em locais públicos, bem como calçadas, praças, transporte escolares, colégios, campos de futebol (público ou privados), etc..., e aberto ou fechados, bem como a venda do cachimbo essências e complementos para sua utilização aos menores de 18 (dezoito) anos.

§ 1º. Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos além de praças área de lazer, ginásio e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

§ 2º. Aplica-se também a proibição disposta no caput deste artigo aos ambientes de uso coletivo e privado, total ou parcialmente fechado, onde haja permanência ou circulação de pessoas. Compreendem-se como ambientes de uso coletivo provado, dentre outros, bares, restaurante, lanchonetes, casas noturnas, cinema, hotéis pousada, supermercado e similares, ambientes de trabalho, cultura, esporte e lazer, e áreas comuns de condomínios e estacionamentos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ




§ 3º. Incluem-se na proibição estabelecida no caput as essências, o fumo, o tabaco, o carvão vegetal, e as peças vendidas separadamente que compõem o aparelho, qualquer acessório para o uso desse instrumento.

§ 4º. Os estabelecimentos que comercializam o produto só poderão vender os itens para essa prática aos consumidores que comprovarem sua maioria, por meio da apresentação de documentos de identidade ou outro documento pessoal com foto.

Art. 2º. O responsável pelos locais de que trata a lei, deverá fixar advertência através de

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2025, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº.1.227/2015.

Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, 14 de Abril de 2023.


Braz Carlos Correia
Vereador / CMSFG

